

## Sumário

1. Introdução .....	1
1.1 Contextualização do tema.....	1
1.2 Problema e Hipótese do Trabalho.....	6
1.3 Metodologia .....	8
2. Discurso sobre a Escravidão: do que Estamos Falando? .....	13
2.1 Conceito.....	13
2.1.1 Escravidão: dificuldade na conceituação.....	14
2.1.2 Trabalho forçado e trabalho em condições análogas a de escravo....	20
2.1.3 Desenvolvimento econômico e o trabalho análogo ao de escravo....	26
2.2 Por que o nome “trabalho escravo”? .....	34
2.3 Antecedentes históricos .....	38
2.3.1 Escravidão legal colonial moderna .....	38
2.3.2 Escravidão e Liberalismo .....	43
2.3.3 Proibição da escravização no Brasil.....	44
2.4 O Legado da escravidão .....	47
2.4.1 Hierarquia social .....	48
2.4.2 Marcas da escravidão na sociedade brasileira.....	49
2.4.3 A exploração predatória do trabalho no Brasil pós-abolição .....	51
3. O Discurso do Judiciário sobre Escravidão: Quem está Falando? .....	59
3.1 Enfrentamento ao trabalho escravo ilegal .....	59
3.2 Judiciário e Políticas Públicas.....	63
3.2.1 Impacto da Política Pública de Enfrentamento ao Trabalho Escravo Contemporâneo nos atos administrativo-judiciais .....	65
3.3 Resposta judicial à escravidão ilegal e seu percurso institucional .....	71

3.3.1 Judiciário e Escravidão Ilegal no Brasil do séc. XIX.....	72
3.3.2 Judiciário e Escravidão Ilegal no Brasil do séc. XX .....	78
3.3.3 Judiciário e Escravidão Ilegal no Brasil do séc. XXI .....	83
3.3.3.1 Supremo Tribunal Federal .....	85
3.3.3.2 Justiça Federal Comum.....	88
3.3.3.2.1 Estrutura atual da Justiça Federal.....	90
3.3.3.2.2 Jurisprudência da Justiça Federal sobre o art. 149 do CPB .....	91
3.3.3.3 Justiça do Trabalho .....	103
3.3.3.3.1 Estrutura atual da Justiça do Trabalho.....	105
3.3.3.3.2 Interpretação do trabalho análogo ao de escravo na Justiça do Trabalho.....	108
4. Representação Judicial do Trabalho Análogo ao de Escravo.....	117
4.1 Interpretação, Hermenêutica e Integração Jurídica .....	118
4.1.1 Métodos de interpretação legal e seus resultados.....	123
4.1.2 Quem pode interpretar a lei?.....	126
4.1.3 Interpretação, discurso, memória e ideologia .....	129
4.2 Interpretação jurídica e representação.....	133
4.2.1 Paráfrase e Polissemia .....	136
4.2.2 Lacuna axiológica.....	138
4.2.3 Senso comum e “sentido comum teórico do jurista” .....	143
4.3 Representação judicial do art.149 CPB .....	147
4.3.1 Perfil socioeconômico dos juízes, vítimas e acusados.....	150
4.3.2 <i>Hinterland</i> : onde vive a escravidão .....	158
4.3.3 Dignidade(s) do trabalhador.....	162
4.4 Referências simbólicas indicadas nas entrevistas.....	170
5. Considerações Finais .....	179
Referências .....	191